

O pagamento simbólico, em depósito com caução

O pagamento simbólico de juros da dívida externa que o Brasil deverá realizar para evitar seu rebaixamento para categoria de "mau pagador" poderá ser depositado sob o regime de caução, na agência de um banco internacional neutro. A informação foi transmitida em audiência concedida ontem pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ao presidente e relator da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado Federal, Carlos Chiarelli (PFL/RS), Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) e ao senador Ronan Tito (PMDB/MG).

A saída do encontro, Chiarelli informou que com o regime de caução o dinheiro "não seria entregue aos bancos credores". Para o senador, isso evitaria o rebaixamento do Brasil e não descaracterizaria a moratória, além de permitir que as negociações prossigam "sem mais nenhuma pressão de prazos urgentes".

Assessores de Bresser informaram que o dinheiro do pagamento simbólico não ficaria completamente indisponível aos bancos credores. Estes poderiam sacá-lo, desde que cumprissem condições mínimas a serem exigidas pelo Brasil. Os auxiliares informaram que estas condições estão sendo apresentadas pela missão de renegociação que está em Nova York.

O senador Chiarelli informou que, segundo as explicações do ministro da Fazenda, o valor a ser pago seria "mínimo e pouco significativo, para não afetar o nível das reservas

cambiais brasileiras". O presidente da comissão da dívida disse que o ministro não revelou qual seria o valor mínimo. No Ministério da Fazenda o número de US\$ 400 milhões é apontado como o ideal, porque corresponde a 10% do total de juros que o Brasil deixará de pagar este ano, e também do atual nível das reservas.

O presidente da comissão da dívida informou que nenhum outro pagamento seria feito após o simbólico. Isso também evitaria a descaracterização da moratória, pela volta da continuidade dos pagamentos:

PERU

Chiarelli revelou que o ministro da Fazenda trabalha com a possibilidade de não efetuar um pagamento simbólico até o próximo dia 26, data que as autoridades norte-americanas se reunirão para decidir sobre o rebaixamento do Brasil. O senador disse que Bresser Pereira tentará evitar a desclassificação apenas demonstrando a disposição do Brasil em negociar a sua dívida, além da apresentação de uma proposta concreta e objetiva. Chiarelli observou que o Peru já conseguiu evitar uma desclassificação com essa postura. Mas o sucesso do Peru foi temporário, porque o país foi desclassificado mais tarde.

O líder do PFL no Senado e Fernando Henrique Cardoso disseram, ainda, que a comissão da dívida e seus partidos mantêm o apoio a Bresser Pereira como condutor da operação de renegociação da dívida externa.